

ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 28-8-2024.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 258/24 (Processo nº 0520/24), de autoria de Jessé Sangalli; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 306/24 (Processo nº 0600/24), de autoria de Idenir Cecchim. Foi apregoado Requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia treze de agosto do corrente ano. Foi apregoada Justificativa de Falta de Fernanda Barth, pela participação no Fórum da Reconstrução do Rio Grande, no Auditório da FARSUL, na EXPOINTER – Esteio – RS, no dia vinte e sete de agosto do corrente ano (SEI nº 212.00061/2024-11). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Everton Gimenis, Biga Pereira, Pedro Ruas e Hamilton Sossmeier. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Claudio Janta. Às quinze horas e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, iniciou-se a ORDEM DO DIA. Foi rejeitado Requerimento verbal formulado por Biga Pereira, solicitando inversão na ordem de apreciação de matéria priorizada na Ordem do Dia da presente Sessão, por onze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Everton Gimenis, Giovanni Culau e Coletivo, João Bosco Vaz, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Votação, esteve o Projeto de Lei do Complementar do Legislativo nº 022/24 (Processo nº 0346/24), encaminhado à votação por Roberto Robaina, Airto Ferronato, Pedro Ruas, Jessé Sangalli, Tiago Albrecht, Mônica Leal, Giovanni Culau e Coletivo e Cláudia Araújo. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24, por vinte e três votos SIM, um voto NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por diversos

vereadores, tendo votado Sim Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, votado Não Aldacir Oliboni, e optaram pela Abstenção Adeli Sell e Jessé Sangalli. Foi aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24, em uma segunda coleta de votos, devido ao fato de alguns vereadores não terem registrado o voto na primeira coleta, esta declarada nula, por vinte e seis votos SIM e quatro ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas e Cláudio Janta, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, e tendo optado pela Abstenção Adeli Sell, Jessé Sangalli, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24, por treze votos SIM, nove votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Tiago Albrecht, tendo votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Karen Santos, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e tendo optado pela Abstenção Adeli Sell. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Jonas Reis de votar favoravelmente à Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24, por onze votos SIM, dezenove votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal determinada por Mauro Pinheiro, presidindo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Everton Gimenis, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, tendo votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e optado pela Abstenção Adeli Sell. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 085/24 (Processo nº 0574/24). Foi anunciada a Discussão Geral e Votação Nominal do Projeto de Lei do Legislativo nº 155/24 (Processo nº 0295/24), porém Mauro Pinheiro, presidindo, apresentou Requerimento verbal, imediatamente aprovado, solicitando a inclusão e apreciação imediata Requerimento nº 083/24 (Processo nº 0549/24). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 083/24. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 155/24 (Processo nº 0295/24), por vinte e

nove votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi apregoada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/24 (Processo 0464/24), de autoria de Idenir Cecchim e de Mauro Pinheiro. Foi apregoada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/24, de autoria de Cláudia Araújo, sendo apregoado, ato contínuo, Requerimento da autora solicitando a retirada de tramitação desta Emenda. Foi apregoada a Emenda nº 03 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/24, de autoria de Roberto Robaina, bem como apregoado Requerimento solicitando votação em destaque da referida Emenda. Foi aprovado Requerimento verbal de autoria de Alvoni Medina, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 171/24, por vinte e cinco votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando inclusão de matéria na priorização da Ordem do Dia e sua apreciação após a matéria seguinte a ser votada. Foi indeferido por Mauro Pinheiro, presidindo, Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando votação em bloco para Projetos de Lei, tendo em vista impossibilidade jurídica do pedido. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando a retirada de priorização de matéria constante na priorização da Ordem do Dia desta sessão e inclusão na priorização da sessão seguinte. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/24 (Processo nº 0464/24). Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/24, por oito votos SIM e vinte votos NÃO, em segunda coleta de votos, tendo sido a primeira declarada nula por Mauro Pinheiro, presidindo, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Adeli Sell, Biga Pereira, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e tendo votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/24. Em seguida, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/24 e suas Emendas não destacadas tiveram o encaminhamento à votação de Roberto Robaina e Jonas Reis. Foi

aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/24, por vinte e nove votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 025/24 (Processo nº 0567/24). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 026/24 (Processo nº 0575/24). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 027/24 (Processo nº 0580/24). Após, apesar de ser anunciado, não foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 056/236 (Processo nº 0115/23). Foi apregoada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21 (Processo nº 0892/21), de autoria de Alvoni Medina, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 421/21 (Processo nº 0997/21), de autoria de Alvoni Medina, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Jonas Reis e Idenir Cecchim, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro e José Freitas. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 13 de agosto de 2024.

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Fernanda Barth, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação no evento Fórum da Reconstrução do Rio Grande, no auditório da Farsul, na Expointer, em Esteio, no dia 27 de agosto de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, quem nos acompanha na TVCâmara, aqui nas galerias da Câmara, em primeiro lugar, eu queria agradecer ao meu colega de bancada, o Ver. Jonas Reis, líder da bancada do PT, por me conceder este tempo de liderança, porque hoje eu tenho dois assuntos sobre os quais eu não poderia deixar de falar. Hoje, dia 28 de agosto, é o dia do

bancário e da bancária, e eu, como bancário, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, não poderia deixar de falar sobre esse tema. E hoje também é o aniversário de 41 anos da CUT – Central Única dos Trabalhadores –, que eu tenho orgulho também de ser vice-presidente.

Sobre o Dia do Bancário, a nossa categoria é uma das categorias mais tradicionais deste País, e, desde 1952, é comemorado no nosso País o Dia do Bancário, mas só em 1964 ele foi oficializado. Mais de mil cidades do nosso País, por leis municipais, têm o Dia do Bancário como feriado municipal, tamanha a importância da nossa categoria. A nossa categoria é um exemplo para as outras; nós temos o único contrato coletivo de trabalho nacional unificado; nós somos a única categoria não só de uma empresa como algumas têm, mas de diversas empresas, de bancos públicos e privados, que consegue ter um Acordo Coletivo de Trabalho que vale do Oiapoque ao Chuí. O bancário que entra na agência lá de Roraima ou do Acre e o que entra na Av. Paulista entra com os mesmos direitos, o mesmo piso salarial, a mesma PLR – Participação nos Lucros e Resultados –, a mesma gratificação de função. Todas as nossas cláusulas são nacionais e unificadas. Nós temos, talvez, a maior convenção coletiva de trabalho de todas as categorias organizadas; nós temos mais de cem itens, fora os que não estão na lei, não estão na CLT que são garantidos aos bancários e bancárias pelos longos anos de luta. Greves, lutas históricas, aqui no Rio Grande do Sul nós podemos citar a famosa e proibida greve de 79, dirigida pelo companheiro Olívio Dutra, que teve o sindicato sob intervenção, onde prenderam toda a direção do sindicato e mesmo assim a greve continuou e foi vitoriosa, tendo como acréscimo da sua pauta não só a questão econômica, como também a liberdade da sua direção que tinha sido presa na intervenção. Então a nossa categoria é um sinônimo de luta, de unidade e hoje nós estamos em campanha salarial. Agora, de manhã, eu estava ali na frente do Bradesco, no centro, onde o nosso sindicato estava fazendo uma paralisação, porque a nossa campanha salarial, infelizmente, nós já estamos no final de agosto, a nossa data-base é primeiro de setembro e ainda não se resolveu. Apesar de os banqueiros desse País serem os que mais lucram, divulgarem a cada trimestre bilhões e bilhões de lucros, cada banco, eles não estão querendo nem repor a inflação da categoria e muito menos dar aumento real para o nosso salário, e é isso que nós estamos exigindo: o fim das metas abusivas, aumento real, aumento na PLR, aumento nos vale-transporte, vale-alimentação e vale-refeição. A nossa pauta é extensa, e nós estamos em negociação e estamos mobilizados.

Eu queria aproveitar para dar os parabéns para a categoria bancária. E não poderia esquecer que hoje a CUT – Central Única dos Trabalhadores – faz 41 anos. Foi fundada em 28 de agosto de 1983, no ABC, e é uma Central que comandou a maioria das lutas. Hoje é a maior Central da América Latina que comandou as grandes lutas da classe dos trabalhadores desse País, inclusive a luta pelas Diretas Já, o *impeachment* do Collor, a luta contra a reforma trabalhista, a reforma da previdência. Todas as grandes lutas são capitaneadas pela nossa Central. Por isso eu estou aproveitando esse espaço de liderança para dizer: Vida longa à categoria bancária! Parabéns aos bancários e às bancárias pelo

28 de agosto, Dia do Bancário! E vida longa à Central Única dos Trabalhadores do Brasil, a maior Central da América Latina! Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero fazer o registro da presença da deputada estadual Luciana Genro no plenário. Muito obrigado pela sua presença.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mauro Pinheiro, caros colegas vereadores, vereadoras, público que nos acompanha nas galerias, que bom ver esta Casa cheia, que bom ver militantes que acompanham a vida pública da nossa cidade; eu me refiro também ao público que nos assiste pela TVCâmara. Quero aqui ocupar esta tribuna para registrar a data de hoje e o simbolismo dela para a nossa luta por democracia, por direitos, por liberdade. Hoje, 28 de agosto, marca 45 anos da promulgação da ampla anistia política no Brasil; 45 anos. Essa data ficou registrada na história brasileira como um marco importante da luta democrática que abriu caminho para o fim da ditadura militar. Em 28 de agosto de 1979, foi promulgada a [Lei da Anistia](#), que permitiu que milhares de brasileiros que viviam no exílio pudessem voltar a exercer a liberdade, o direito à vida legal no Brasil. Entre eles, 150 que foram banidos. Puderam retornar importantes lideranças políticas que tinham sido forçadas a viver no exterior, como: Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, João Amazonas, Francisco Julião, entre tantos outros. É preciso ressaltar o papel de grandes lideranças nacionais, de partidos políticos como o PCdoB, que atuavam na clandestinidade sob forte repressão, tendo muitos dos seus membros assassinados pelo regime, que contribuíram para o processo de redemocratização do País a partir da luta pela anistia. Mas, hoje, eu quero aqui me referir às mulheres, mulheres que lideraram essas campanhas, o que representou – como já disse – um grande impulso para a derrota final da ditadura. Começo citando Therezinha Zerbini, esposa de general cassado Euryale Zerbini, que criou em São Paulo o Movimento Feminista pela Anistia em 1970 e que esteve presa por seis meses no Presídio Tiradentes em São Paulo. E eu quero lembrar, companheiro Pedro Ruas, que ela esteve presa na mesma cela que Dilma Rousseff.

Na 1ª Conferência da Mulher da ONU no México, Therezinha divulgou o manifesto da mulher brasileira em favor da anistia, reivindicando anistia ampla e geral a todos aqueles e aquelas que foram atingidos pelos atos de exceção. Voltando ao Brasil, juntaram-se a elas outras mulheres que protagonizaram um marco nos movimentos populares registrado na nossa história como Movimento Feminista pela Anistia. Quero aqui registrar que liderando este movimento estava Dilma Rousseff, Mila Cauduro Francisco, Quita Brizola Rotta, Olga Araújo, Lygia de Azeredo Costa, Angelina Guaragna, Ilza Brams, Enid Backes, querida Enid, e a baiana que aqui fincou suas raízes, a nossa querida sempre lembrada Lícia Peres. Lícia Peres, essa grande liderança gaúcha, a primeira presidenta do movimento. Somaram-se a elas a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

–, a ABI – Associação Brasileira de Imprensa –, SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – e outras tantas instituições políticas culturais de todo o país.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que eu não preciso aqui adentrar nos detalhes históricos como se deu o processo das contradições; o fato é que a promulgação dessa lei que precedeu grandes impulsos de grandes mobilizações acelerou a queda do regime militar em 1985, após a grande campanha pelas Diretas Já. Concluindo, quero dizer que essas mulheres que eu cito que ficaram na memória e fizeram a melhor política estiveram de forma qualificada e ativa na luta política mais decisiva fazendo história.

Para terminar mesmo, quero dizer, Presidente, como em 1979 buscaram anistiar agentes da ditadura que torturaram, que sequestraram, que assassinaram, hoje querem aprovar a impunidade para os golpistas que cometeram crime contra o Estado Democrático de Direito, chamando isso de anistia. Oito de janeiro não passará. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, que preside a Casa e a sessão, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra de acompanhar a sessão aqui e também pela TVCâmara, o Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – está aí, com a Cindi, os camaradas ali, Charão, Assis... Cadê o João Ezequiel? Então eu quero cumprimentar inicialmente aqui a deputada Luciana Genro, uma grande companheira, comandante do meu partido, fundadora, lutadora, e ela está aqui, Mônica Leal, por causa do teu projeto. Porque, historicamente, a Luciana Genro defende a causa animal, tem uma trajetória de vida, Ver.^a Lourdes, tem trajetória política de defesa exatamente da questão animal e vem aqui acompanhar a votação desse projeto de hoje, em homenagem a vocês todas, Mona, Raquel – querida, e que estão aqui exatamente pelo mesmo motivo, porque nós, hoje, temos um dia histórico aqui, Luciana Genro, um dia histórico. A sessão passada foi bem tumultuada. Por quê?

Porque pessoas que têm o seu direito obviamente de discordar da gente, têm outra posição, que eu respeito, mas têm a petulância, e desculpem a expressão, de querer impor a sua posição a nós, quando nós não fazemos isso em relação a eles. Cada um tem a sua posição e que deve, Ver. Conceição, ser respeitada; eu respeito todas as posições, agora eu tenho a minha e não abro mão. O projeto da Ver.^a Mônica Leal é um projeto sério, importante, necessário, eu diria que hoje ele é imprescindível – imprescindível! Por quê? Porque nós tivemos inúmeros episódios, e ao longo da história isso vem ocorrendo, em que se avançou um pouco em cima de momentos tristes, momentos difíceis, e este último momento no que tange à causa animal, quando vários animais não tiveram sequer a prerrogativa, o direito de tentar nadar, eles ficaram enjaulados e afogados e poderiam ter sido salvos... Poderiam ter sido salvos, porque as pessoas responsáveis, Ver.^a Mônica, preferiram salvar os computadores, os arquivos, os móveis, e lá ficaram os animais e se afogaram. Então nós temos que ter sim um critério, e esse critério precisa ser algo que

mude essa história na cidade, que mude Porto Alegre. E o que muda a cidade é proibir – proibir! – a venda de animais exatamente nos termos em que propõe a Ver.^a Mônica Leal.

Quero saudar aqui também o Gilvandro Antunes, um guerreiro do Movimento Vidas Negras Importam. Bem-vindo, Gilvandro, vidas negras importam sempre! Mas nós precisamos exatamente que as pessoas tenham consciência e, se lhes falta consciência, haverá a lei que vai proibir essa venda de animais. Nós não podemos mais conviver com isso e sabemos que essas vendas, muitas vezes, são para sacrifícios inúteis. Sabemos que quem os vende, os cria não dá para eles a menor importância. Sabemos que esses animais são tratados e, conluo, Presidente, como mera mercadoria, como sequer vida tivessem; aliás, a vida lhes é tirada todos os dias e, às vezes, de forma trágica. Então fica aqui a nossa posição, a posição do PSOL, Presidente, Ver.^a Mônica Leal, amigas e amigos: nós, no dia de hoje, temos – repito – um dia histórico, querida deputada Luciana Genro, na sua presença, com a sua luta, em homenagem a todas e todos que trataram em algum momento de defender os animais. Vamos aprovar esse projeto e proibir a venda cruel, desumana, inaceitável de animais em Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Boa tarde a todos, boa tarde nosso Presidente Mauro Pinheiro, eu subo à tribuna não para fazer um discurso, mas para fazer um agradecimento a um dos colegas de muitos anos. Nós temos alguns decanos nesta Casa, Ver.^a Lourdes, Ver. Pedro Ruas, Ver. Airto Ferronato, e nós temos um desses decanos, o Ver. João Bosco Vaz, que não está mais concorrendo. Então eu quero agradecer ao Ver. João Bosco Vaz por todo o aprendizado, porque, quando eu cheguei nesta Casa, eu fui acolhido por vereadores mais antigos que, com muito carinho, muita dedicação, procuraram nos ajudar, nos ensinar. Uma das coisas mais importantes da vida que eu ensino nas minhas palestras é que a gratidão é a memória do coração. Eu sou grato, Ver. João Bosco Vaz, por todo aprendizado, e quero com muita alegria passar aqui, em forma de gratidão, essa placa a você que não vai mais concorrer e que teve tantos anos aqui conosco.

Vou entregar também a um outro colega que se tornou um parceiro, um amigo de muitos momentos, que é o Ver. Alvoni Medina, a quem quero agradecer em nome da nossa Câmara, em nome do nosso Presidente Mauro Pinheiro, pelos trabalhos prestados a esta Casa. Sei que é um grande parlamentar, um grande vereador, tem um trabalho dedicado a essa sociedade, à nossa Câmara de Vereadores, e aqui fica, de forma muito singela, muito simples, a nossa gratidão pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela sua batalha, principalmente pelas pessoas que precisam de acessibilidade.

Portanto, esses dois colegas – João Bosco Vaz e Alvoni Medina – recebem, em nome desta Casa, nossos agradecimentos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vou suspender a sessão por um minuto para proceder à entrega da placa junto com os demais vereadores que assim desejarem.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (14h53min) Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, nós estamos chegando a um período em que nós vamos colocar o nome de todos nas urnas para disputar. Tem me chamado a atenção que todos nós aqui temos causas; todos nós aqui temos lutas e contamos com todos os parceiros nessas lutas, seja a causa animal, o transporte, a saúde, os impostos, com os quais a gente se soma, geralmente, para reduzir bastante impostos e dar integridade. Agora nas enchentes, vários apresentaram projetos e leis. O que me chama a atenção é que alguns queiram se adonar de lei dos outros, isso me chama a atenção. Não é? É como eu chegar e dizer: “não, eu fiz a lei do passe livre”. Que mentira! É o Ver. Robaina e a Ver.^a Karen que brigam muito pelo passe livre! É eu me adonar, ir para as paradas de ônibus e dizer: “eu quero a tarifa zero, eu fiz a lei da tarifa zero, eu fiz a lei dos postos de saúde até às 22h, eu fiz o Centro do Autismo, eu reduzi o imposto, eu fiz a lei para reduzir o imposto”. Então eu acho que os colegas devem ter um pouco de sensatez e realmente fazer o que tem que fazer. Não é só fazer discurso, não é só ficar na prática, porque faz um discurso lá fora e aqui dentro a atuação é outra. Eu estou convicto de algumas coisas na minha vida, eu tenho uma causa que invadiu meu coração, invadiu meu corpo, meus pensamentos, meu espírito, minha alma, e eu jamais votarei contra essa causa. Tanto que, na convenção do meu partido, agora, seja eu ou seja quem estiver aqui representando o Solidariedade, se votar qualquer projeto de aumento de impostos ou votar a favor de qualquer projeto que tire direitos das pessoas com deficiência – o Ver. Pedro Ruas, que é um grande advogado e sabe que o que vou dizer aqui é real –, ele automaticamente perde seu mandato. Não precisa ir... é só apresentar ao juiz, pois isso foi registrado no período eleitoral, registrado. Então, venho dizer isso, porque o projeto que é o primeiro da pauta de hoje, ele caminha junto com a minha causa, caminha junto com a minha paixão que são as crianças autistas – caminha junto. E volto a dizer: pedi aos colegas, mas ninguém conseguiu fazer, porque a cena não é boa, não é legal ver uma criança autista passeando num shopping ou passeando numa avenida e querer tirar o cachorro e o gatinho. Ver. Ramiro, uma criança autista até o Nemo, ela não entende o que é que o Nemo está fazendo lá e não está na TV. A Netflix, se não me engano, teve que botar de volta o desenho do Nemo, porque tinha uma criança que só se acalmava vendo aquele desenho. É o hiperfoco que o autista tem, e ele pergunta para o pai, pergunta para mãe: “Papai, que esse cachorrinho fez que ele está preso? A polícia prendeu ele por quê? Por que esse gato foi preso? Por que esse gato está atrás das grades”? Esse é o foco da criança autista, que só vai para trás das grades quem a polícia

prende. Eles não entendem, eles não têm a percepção de saber que aquilo é um animal que está ali para ser vendido. Como muitas vezes eles não têm a percepção de uma piada, de um conto, de uma série de coisas. Quando eu peço para os colegas fecharem os olhos e imaginarem um pai e uma mãe, num fim de semana, num dia de semana, passeando num *shopping* ou passeando numa das avenidas de Porto Alegre, seja a Osvaldo Aranha, Assis Brasil, Azenha, Bento Gonçalves, por aí afora, que têm as *pets* com as gaiolas... E volto a insistir, ninguém vai ficar desempregado numa *pet*, porque não vai mais poder ter o cachorro ali. Essa *pet* pode ter convênio com canis, ela pode ter convênio com criadores, indicar para as pessoas, vai ajudar a Prefeitura no controle desses criadores. Então, eu acho que o projeto não vai desempregar ninguém, porque as *pets* vendem muito acessório para os *pets*: elas vendem ração, vendem uma série de coisas, e não é a venda de animais que vai enriquecer uma *pet*, ou que vai demitir alguém.

Portanto, nós viemos aqui reafirmar que causas são causas, discursos são discursos, e nós estamos encaminhando à votação esse projeto, porque acreditamos numa causa, acreditamos como algo que preenche o nosso coração, algo que nos faz ter um motivo de seguir em frente na política, de lutar e principalmente de estar vivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h02min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o Requerimento nº 087/24 seja a quarta matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Presidente, só uma observação, estou presente na Ordem do Dia e gostaria de fazer um registro com relação ao requerimento da Ver.^a Biga. Nada contra, só que eu tenho o meu projeto também que está para ser votado, se nós começarmos a trazer coisa lá de trás aqui para a frente, aí fica complicado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Só uma pequena consulta. O meu projeto estava na Ordem do Dia na segunda-feira, classificado em sétimo; nós votamos um e ficou em sexto, hoje está em nono. Por que isso vai se colocando, sistematicamente, para trás?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Ferronato, nós colocamos... Posso pedir auxílio para a DL, mas dois projetos que entraram na frente do

seu foi a pedido dos vereadores que precisam fazer homenagens – entraram, o segundo e o terceiro, é isso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): São votações bem rápidas, vereador.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Está bem, é só saber.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Já estão marcadas as homenagens, precisa aprovar os dois.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0346/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/24, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que altera os arts. 5º e 72-A, o caput do art. 23 e o inc. II do art. 78, inclui incs. V e VI no art. 23 e revoga os incs. I, II, III e IV do art. 23 e os arts. 24, 25 e 26, todos da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga a legislação sobre o tema –, vedando a comercialização de animais em pet shops e estabelecimentos comerciais. **(SEI 038.00053/2024-89)**

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emendas nos 03 e 05, do Ver. Pablo Melo (Líder da Bancada do MDB) e da Ver^a Lourdes Sprenger.
- com Emenda nº 04, do Ver. Cassiá Carpes (Líder da Bancada do Cidadania) e da Ver^a Lourdes Sprenger.
- retiradas as Emendas nos 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- encaminharam a matéria a Ver^a Comandante Nádia (PL) e os Vers. Claudio Janta (Solidariedade) e Jonas Reis (PT) em 26-08-24;
- incluído na Ordem do Dia em 14-08-24 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [PLCL nº 022/24](#). (Pausa.) Registro que já foi encaminhado pela Ver.^a Comandante Nádia, do PL; pelo Ver. Claudio Janta, do Solidariedade; pelo Ver. Jonas Reis, do PT. Cabe ainda encaminhamento das demais bancadas que ainda não o fizeram.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO): Presidente Mauro, eu conclamo que os colegas hoje façam menos discussão e que a gente vá direto à votação em respeito às pessoas que estão aqui. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, vereador.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, eu estava inscrito, mas não encaminhei. Não teve quórum e encerrou a sessão. Então eu não encaminhei, só estava inscrito, e acredito que o Jonas também. Eu não encaminhei, encerrou com o encaminhamento da Nádia, aí foi pedido o quórum e encerrou a sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Consulto a Diretoria Legislativa sobre os encaminhamentos dos vereadores Claudio Janta e Jonas Reis, se foram feitos ou não.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Corroborando com o vereador, havia quatro inscritos, eu dentre eles, aí houve o pedido de quórum e eles não foram à tribuna. Havia quatro inscritos, eu era o quarto, mas eu abro mão, se a gente puder passar diretamente para a votação, eu abro mão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quem estava inscrito, tem que se inscrever novamente. Agora nós estamos solicitando para ver se o Ver. Claudio Janta, a Ver.^a Nádia e o Ver. Jonas já tinham usado o seu tempo. (Pausa.) A Ver.^a Nádia disse que já usou o seu tempo, então são o Ver. Claudio Janta e Ver. Jonas Reis.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em princípio, os registros dizem que ambos já encaminharam, mas nós estamos consultando de novo a área para confirmar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/24, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mauro; um alerta para as pessoas que acompanham: nós, de fato, estamos tratando de resistir, Ver.^a Mônica, para que esse projeto não seja derrotado, porque infelizmente o seu projeto, que é um projeto... A senhora é uma vereadora do PP, então o seu projeto não é um projeto de esquerda, seu projeto não é um projeto que busca fazer contestação ao

governo Melo nem nada pelo estilo; o seu projeto é um projeto sensato, só sensato, que busca fazer o mínimo, tentar minimamente defender os direitos dos animais que, por si só, não têm voz para se defender nesta tribuna nem para vir às galerias, porque se tivessem, nós teríamos, sim, uma grande revolução dos bichos a favor do seu projeto. Só que eles não têm voz, enquanto que aqueles que querem transformar os animais apenas em mercadoria, só se importam com mercadoria e capital têm voz, por exemplo, o Ver. Ramiro, o Ver. Tiago, a Ver.^a Nádia, que são os vereadores que defendem que toda e qualquer vida, qualquer vida tem que se transformar em mercadoria e objeto de lucro. Então é como se, Ver.^a Mônica, as *pet shops* que não vendessem animais fossem entrar em falência, coisa que é uma mentira, porque os *pet shops*, em termos econômicos, estão muito bem sim e não vão deixar de ficar em Porto Alegre se a sua lei for aprovada. Isso também é uma mentira. Não vão ir para Canoas, para Viamão, não vão sair de Porto Alegre; não vão deixar de ter os seus interesses econômicos preservados. Agora, sim, é uma lei básica o que a Ver.^a Mônica propõe. Infelizmente, os vereadores... eu quero acreditar, Ver. Cecchim, que vocês não fizeram um acordo com a extrema direita em função da eleição para votar tudo que essa extrema direita defende para que o Melo tenha estabilidade na sua chapa. Porque quem está aqui defendendo contra o projeto da Ver.^a Mônica... teve até uma cena horrível aqui na tribuna da Ver.^a Comandante Nádia contra a Ver.^a Mônica. Eu vejo quem é que está aqui tentando incendiar a ideia de que estão atacando os interesses econômicos, são os vereadores da extrema direita. Eu espero que os vereadores da base do governo Melo não votem com a extrema direita só para agradá-la. Eu estou muito preocupado, porque quando eu vejo a política do prefeito Melo para os animais... a gente viu nas enchentes, a gente viu o que ocorreu. Quem garantiu a defesa dos animais durante o processo da enchente e depois foram só os voluntários, e eles estão aqui. (Palmas.) Então, os vereadores que dizem: “Ah, não, os voluntários foram ótimos, os voluntários ajudaram horrores, os voluntários ajudaram as pessoas, os voluntários ajudaram os animais”, pois agora está na hora de escutar os voluntários, porque os animais não têm voz. (Palmas.) Os animais não falam a língua nossa, mas eles estão aqui representados, os seus direitos estão aqui representados por gente que trabalha o tempo inteiro nessa causa e não por uma eleição, não para ganhar voto, não são candidatos. (Palmas.) Eu queria até aproveitar, além de saudar a Luciana Genro, que é nossa deputada estadual, que é defensora dessa causa, que é militante dessa causa com muito orgulho, é a nossa principal representante no PSOL, mas eu quero também saudar o Sr. Fernando Schell, do Princípio Animal, que eu acho que é uma ONG, uma organização de proteção dos animais, com um trabalho internacional – internacional! –, que sabe que essa lei não vai resolver em si mesmo, porque é um longo trabalho para defender os direitos dos animais, mas essa lei é um passo. E é um passo que a Câmara dos Vereadores deve dar – assim como a Juliana, que é protetora também do Cantinho dos Bichos, e da Lúcia Luz, que com muito orgulho é militante do meu partido, protetora também do Cão da Guarda. Os vereadores e vereadoras deveriam escutar quem entende do assunto, e quem entende do assunto são os voluntários e são os protetores dos animais. Os vereadores deviam pelo menos de vez em quando abrir o ouvido e votar certo, não fazer a cidade de Porto Alegre

passar vergonha. (Palmas.) Eu ainda espero, Presidente Mauro, Mari Pimentel, eu espero de verdade que a gente vote esse projeto. É um momento meio complicado, porque é um momento eleitoral, mas é um passo importante, e nós estamos votando. Não é uma demarcação ideológica, como eu disse, é a Mônica que está defendendo, é o Janta que está defendendo, é um problema de sensatez. Os animais, vereadores e vereadoras, eles sentem, eles não são objeto sem sentimentos, eles sentem quando estão engaiolados, eles sofrem quando estão engaiolados; eu diria até que eles pensam melhor que muitos vereadores que são contrários a essa proposta. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/24.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, eu já ouvi manifestações aqui, toda vez que antes me inscrevi para que não se fale mais, que se vote agora. Ouvimos cada discurso que é impossível, com todo o respeito, ficar calado, a começar pela última manifestação do querido Ver. Roberto Robaina: não fazer Porto Alegre passar vergonha. Luciana, minha querida deputada, é bom te ver aí. Será que quem vota contra um projeto deste faz Porto Alegre passar vergonha?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sim, sim, verdade. O Ver. Jonas, na semana passada, fez um discurso e agrediu metade ou quase todos. O Ver. Janta usou uma frase que eu me apavorei. Vocês se lembram? Dizia “fechem os olhos”, eu fechei, e aí eu me assustei ainda mais quando o Janta disse o seguinte: “quem defende o projeto defende o autista” – estás lembrado? –, “defende as pessoas necessitadas de inclusão social, defende síndrome de Down”. Onde o Ver. Janta buscou essa conexão eu não consegui entender, eu não consegui entender. E repito, para ser rápido: nos velhos tempos, quem tinha ali uma gata com cinco gatinhos ou cachorrinhos pegava um cesto de vime ou de taquara e ia lá para praça doar, vender, etc.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bem, votar contra este projeto é defender os protetores de animais, é defender os criadores.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Respeito, respeito. É defender os compradores, é defender as *pet shops*, é defender os veterinários, que têm os seus empregos, os auxiliares. Eles têm a responsabilidade...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu não estou ouvindo, não estou ouvindo. Olha, a raiva não atinge ninguém, só prejudica, cada um tem uma posição, eu tenho a minha. Muito bem. Só para concluir, ou votamos contra o projeto ou vamos ter que sair... Aquela família que tem cinco gatinhos vai voltar com a cesta, vender clandestinamente ou doar. Portanto, claro que nós respeitamos, é uma posição importante de vocês. Nós precisamos de outro tipo de lei, mas não dessa. Obrigado, um abraço. Para proteção dos animais, eu vou votar “não”.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/24.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadores e vereadoras, público que nos dá a honra da presença, incluindo a direção do Simpa. O que ocorre num momento como este, Ver. Oliboni? Eu não gosto de me referir de forma negativa ou pejorativa a qualquer colega. Não faço isso, e não vou fazer em relação ao Ver. Ferronato, obviamente, não farei. Eu falo sobre o projeto e sobre as suas circunstâncias. É que este projeto nos dá a oportunidade de colocar Porto Alegre na vanguarda, numa situação privilegiada em relação ao País, defendendo, minha cara líder Karen, exatamente a posição que mais importa hoje, a posição mais progressista no que tange à relação dos humanos com os animais. Esta é a posição. E alguém fala assim – sem citar nomes: “Porto Alegre não passaria vergonha.” Porto Alegre já passou vergonha. Porto Alegre já aprovou, nesta Casa - pasmem, vocês não vão acreditar -, aqui, o dia 08 de janeiro, foi o dia da tentativa de golpe, como o Dia do Patriota, aprovaram aqui, aprovaram no plenário, contra o nosso voto, o nosso protesto. Aprovaram aqui, como o Dia do Patriota! Aprovaram aqui!

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Então, e se não foi aqui, foi na Comissão, dá no mesmo! Dá no mesmo. Porto Alegre passa vergonha nisso aí. Agora, numa situação como essa, Porto Alegre poderia passar? Poderia. Mas mais do que isso é que Porto Alegre perde a oportunidade extraordinária de estar na vanguarda dessa luta, estar na vanguarda de quem defende o direito dos animais. E há uma relação, sim, no que diz o Ver. Janta, entre crianças autistas e os animais. Todos sabem que existe essa relação, não é nada de novo, as crianças não conseguem entender mesmo a prisão de animais e, mais, as jaulas. Não conseguem entender e menos ainda a morte brutal dos animais. Isso é impossível. Nós não conseguimos aceitar. Isso é uma situação absolutamente sem sentido e, mais do que isso, deixou Porto Alegre com uma péssima imagem em relação ao Brasil, em relação ao mundo. Foram 60 animais, entre centenas de outros que

morreram, mas aqueles que foram afogados por não poder ter a chance de nadar, por estarem presos. Isso chocou o mundo. Então nós temos a obrigação de dar uma resposta, e a resposta é o projeto da Ver.^a Mônica Leal, que vem em boa hora, esse é o projeto que interessa agora, esse é o projeto que pode botar Porto Alegre nesta situação melhor, de vanguarda, inclusive, no que tange ao restante do País. Perder essa chance é perder uma chance importante para Porto Alegre. Por isso nós fazemos aqui o encaminhamento do PSOL com relação ao projeto da Ver.^a Mônica Leal, pela aprovação integral, sem restrições. O projeto é importante, é meritório, e, que eu saiba, V. Exa. nunca foi de esquerda. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/24, pelo governo.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos; eu ouvi aqui o Ver. Robaina falar sobre voluntariado, e a extrema esquerda de Porto Alegre, eu não vi ajudar de maneira voluntária durante as enchentes.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Eu nunca vim aqui nesta tribuna...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Eu não sei se vocês se consideram de extrema esquerda, eu não sei se vocês se consideram de extrema esquerda. O meu tempo, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Eu não sei se vocês, da plateia, se consideram de extrema esquerda, mas eu estou falando que a extrema esquerda de Porto Alegre não ajudou nas enchentes; não ajudou; até, na verdade, o contrário, as pessoas que eram voluntárias eram contra partido político durante as enchentes, eram contra...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Presidente, vou precisar do meu tempo, por favor. Por quê? Porque ficou muito claro, naquele momento, que quem estava ajudando a população era a própria população. E o que...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Quem estava ajudando a população, naquele momento, era a própria população. E quem é que foi lá tentar parecer que estava ajudando sem estar ajudando de fato? A esquerda ultrarradical de Porto Alegre, a exemplo de Maria do Rosário, Roberto Robaina, a própria Luciana Genro. Fazendo o quê? Indo lá de All Star limpo, sem ajudar, botando a mão no ombro de garis que estavam ajudando e estavam limpando a cidade, e a população estava justamente, ela própria se autossocorrendo. Agora vem aqui alguém de extrema esquerda que não contribuiu, que foi lá para tentar fazer demagogia durante a maior tragédia climática que nós já tivemos, falar que quem, de fato, ajudou está errado.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): O que acontece, infelizmente, é que essa tragédia está sendo usada politicamente. Isso é um fato: a tragédia está sendo usada politicamente, primeiro, para atacar todos os prefeitos que estão com a caneta na mão e, segundo, para atacar os empreendedores que estão buscando seu sustento.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Jessé, seu tempo está assegurado. Vou pedir à plateia, quando o vereador estiver falando, para o pessoal esperar o vereador falar; depois que o vereador terminar de falar, vocês podem se pronunciar. Senão toda vez que se manifestarem, eu vou parar o cronômetro e o vereador vai ter o tempo assegurado. Ver. Jessé.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): A frase que mais se ouvia durante as ações de voluntariado, e eu sei, porque eu estava lá, era “o povo pelo povo”. Era “o povo pelo povo”. Aquelas pessoas que se apresentaram como políticos eram rechaçadas; as pessoas que, de fato, trabalhavam foram contempladas de acordo com aquilo que contribuíram. E eu pergunto: O que a esquerda contribuiu para acolher as pessoas durante a tragédia climática que nós tivemos? Nada. Até agora, da enchente de 2023, não chegaram as casas para as pessoas que perderam a sua casa. Então o que acontece? Usar demagogicamente essa tragédia é um tiro no pé, e eu me surpreendo que tenham políticos que se consideram de direita, que estão atacando o direito de trabalhadores poderem levar o sustento para sua casa, para agradar à esquerda ultrarradical. A pessoa que apresentou esse projeto e aquele de direita que se considera de direita, que está aqui tentando agradar a plateia de esquerda só está querendo, na minha opinião, se afundar politicamente. Cada um de nós responde por aquilo que faz e responde pelos seus votos. Eu estou muito consciente de que o meu voto é pela liberdade econômica e liberdade de associação. Se vocês querem destruir empregos a pretexto de ajudar os animais, sendo que isso vai, na verdade, trazer mais dificuldade para os animais, então a gente sabe que não tem o que fazer, porque nada do que vai ser dito aqui vocês vão compreender. Fico somente aqui

pensando que aquele político de direita que acha que com isso vai estar ganhando voto está se confundindo. Então fica aqui, para aqueles que acham que têm voto na direita, uma reflexão: talvez seja o último projeto que você vota como vereador.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhora deputada Luciana Genro, tivemos oportunidade de estar na Pampa em conjunto, senhores e senhoras pagadores de impostos aqui nas galerias, assistindo pela TVCâmara. O Ver. Ramiro pediu que eu relembresse a vocês da causa animal, não esquecerem de seguir a Ver.^a Lourdes que, nesta Casa, tem protagonismo. É @lourdesanimais. Então essa é a única e verdadeira defensora dos animais nesta Casa.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Por história. Bom, foi dito aqui, Ver.^a Nádia, que os animais não conseguem chegar a este plenário, mas pelo que foi dito aqui eu acho que não é bem assim, porque alguns argumentos utilizados, não é, acho que alguns argumentos utilizados aqui mostram o contrário. Bom, vamos adiante. O partido Novo lamenta, o partido Novo lamenta que um assunto tão sério como este, que merece um debate, que merece um *approach*, que poderia ter transitado normalmente nesta Casa, com audiência pública, com debates dos dois lados, foi cooptado por uma vereadora de forma politiqueira, interessada apenas em votos e causar, durante o período eleitoral. Porque, se assim não fosse, por exemplo, ela não abriu o bloco para ninguém assinar o projeto, ela protocolou sozinha; se realmente estivesse interessado na coletividade, no bem da cidade, mais vereadores poderiam ter assinado este projeto. Não foi. Eu já mostrei que este projeto vai vetar todo o comércio de animais, de peixinho até vaca e boi, e eu, como presidente da Comissão Parlamentar em Defesa do Liberdade Religiosa e do Estado Laico, eu tenho uma pergunta a fazer. Como ficam as religiões de matriz africana sem os animais para o seu culto? Como ficam as religiões de matriz africana para realizar o seu culto? Quem votar a favor deste projeto como está... Presidente... (Pausa.) Vocês são a favor de proibir o culto afro em Porto Alegre? São a favor, vereadores, vocês são a favor de proibir o culto afro em Porto Alegre, vereador? Eu sou o presidente da comissão parlamentar que defende a liberdade religiosa e o estado laico e eu acho que as religiões de matriz africana têm direito a culto, porque a liberdade religiosa está no cerne da liberdade humana.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, peço que o senhor segure meu tempo. (Pausa.) Quem votar a favor desse projeto vai votar contra as

religiões de matriz africana de Porto Alegre. E quem está aqui defendendo a liberdade é um pastor luterano licenciado, mas eu defendo a liberdade. Eu defendo a liberdade no mais alto grau, que é a liberdade individual das pessoas. Além disso, vejo uma faixa abjeta e ilegal defendendo o aborto. O aborto, matar bebês na barriga de suas mães, eles defendem. E aí querem vim dizer que defendem a vida? Acho que não. Então é importante que nós saibamos que esse projeto é politiqueiro, não seguiu os ritos; não quer ouvir os vereadores, porque não foi aberto o bloco; não quer ouvir a sociedade porto-alegrense; quer proibir, por tabela, o culto afro nesta cidade. E ainda está sendo cooptado pela extrema esquerda, que é oportunista, nós sabemos, eles embarcam e oportunisticamente estão aí tentando passar esse projeto. Lamento por quem realmente defende os animais, vocês, pelo jeito, defendem só a extrema esquerda. Quem realmente defende os animais sai desta sessão prejudicado, porque o debate, repito, vale a pena e merecia ter sido travado neste plenário. Obrigado, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Consulto se mais algum vereador se inscreve, Ver.^a Mônica Leal e Ver. Claudio Janta, não, o Ver. Claudio Janta já encaminhou.

(Aparte antirregimental do Ver. Claudio Janta.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, a área de registro confirmou, nas notas, que o senhor encaminhou.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Não encaminhei...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, a área de Registros confirmou nas notas que o senhor encaminhou.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Eu não encaminhei. Pediram verificação de quórum. Eu quero as notas taquigráficas. Eu não encaminhei.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vamos providenciar, vereador.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Eu quero, porque eu quero responder a um monte de asneiras, porque eu sou sacerdote da religião de matriz africana, capelão, e a religião de matriz africana não come gato nem cachorro.

(Aparte antirregimental.)

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Cala a tua boca, que eu te escutei! Não come gato e nem cachorro. A gente come alimento. Alimento. E a minha religião não come gato nem cachorro. E outra coisa, Ferronato, eu vou te convidar para dar uma volta com uma criança autista, daí tu vai ver de onde é que eu tirei...

(Manifestações das galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/24, como autora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas, pessoas que nos acompanham nesta importante sessão, terceira sessão para votar um projeto que, na Espanha, já proibiu a venda de animais em lojas, além do que passa a ser obrigatório ter um curso para ter um cão. Em Nova Iorque, o estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, proibiu *pet shops* de venderem animais de estimação, como cachorros, gatos e coelhos - em 2022; e passou essa lei a ser cumprida agora, em 2024. A Grã-Bretanha, formada por Inglaterra, País de Gales e Escócia, proíbe a venda de cães e gatos. A França proíbe venda de cães e gatos em lojas de animais, a partir deste ano. No Canadá, a cidade de Toronto desde 2011 proíbe a venda de cães e gatos em *pet shops*. Mas eu tenho certeza de que lá nenhum vereador de cidades disse que é um projeto da esquerda, ou de uma socialista da direita, ou de uma vereadora politqueira, que quer se eleger. Não! Nesses lugares aqui ninguém disse isso, porque são políticos com argumentos. Essa é a verdade. Porque vidas importam! Vidas não podem estar nas prateleiras! Vidas não podem estar em gaiolas, estar nas prateleiras; vidas não podem estar enjauladas, porque vidas que não falam merecem, sim, que nós nos preocupemos.

Agora, eu fico pasma com as manifestações incompreensíveis que eu escutei aqui, daqueles que se arvoram, sem argumentos, a dizer tanta bobagem, mas tudo bem. Eu gostaria de lembrar aos meus colegas vereadores, aqueles que chegaram agora dizendo que são de direita verdadeira, que esta vereadora brigou por quatro anos com o Ver. Pedro Ruas. Foram muitos debates e embates para trazer de volta a Av. Castelo Branco. Nós fomos às vias de fato, na justiça, quando não conseguimos resolver isso no plenário, porque o Ver. Pedro Ruas retirou o nome da Av. Castelo Branco quando esta vereadora era secretária de Estado no governo Yeda. E, quando eu voltei a ser vereadora, resolvi brigar de novo com o Pedro Ruas. Não conseguimos resolver aqui e fomos resolver na justiça. A Av. Castelo Branco se chama Castelo Branco de novo porque esta vereadora, da direita da Arena, filha orgulhosa do Pedro Américo Leal, teve uma vereadora ousou dizer a heresia de que o coitado do meu pai estaria muito envergonhado. É isso que nós temos aqui. É esse cenário, senhoras e senhores, é o material político que hoje a Câmara de Vereadores tem: aqueles que não têm argumento e que não sabem respeitar o projeto do outro. Eu posso discordar de tudo, mas jamais vou sair na ofensa, agredir, desfazer um colega. O que eu escutei aqui nesta tribuna... Alô, alô, porto-alegrenses, quem tem essa

conduta com seus colegas numa tribuna vai fazer o quê com os cidadãos de Porto Alegre, se eleito? É realmente deprimente, mas é o que temos.

Então, quero, mais uma vez, finalizar aqui que eu sou uma pessoa movida por convicções; eu não me abalo com essas frases que vejo. Eu só anoto porque estou escrevendo um livro, sou jornalista, e faço questão de que tudo isso conste no livro. Eu não me abalo com ataques porque eu sou uma pessoa movida por convicções; não estou aqui para agradar este ou aquele, eu quero agradar a minha consciência, eu quero dormir de noite sabendo que eu cumpro o meu juramento de vereadora da melhor maneira possível. Eu acredito que os vereadores não têm noção do risco que esses animaizinhos estão correndo enjaulados dessa forma. Portanto, eu digo “sim” ao projeto que visa o bem-estar animal. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU e COLETIVO (PCdoB): Presidente Mauro Pinheiro, demais colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e também na TVCâmara; eu acho que é importante, Ver.^a Karen, a gente ter como ponto de partida desse debate uma análise feita pela Organização Mundial da Saúde, Ver.^a Mônica, que aponta que o Brasil tem 30 milhões entre cães e gatos abandonados, algo em torno de 10 milhões de gatos e 20 milhões de cachorros. No caso do Rio Grande do Sul, diante dessa tragédia, é importante que se diga o que foi debatido também na segunda-feira, que nós vivemos uma situação extraordinária com dados que apontam algo em torno de 15 mil animais resgatados, no Rio Grande do Sul, algo em torno de 10 mil animais resgatados em Porto Alegre. Eu insisto porque, ao contrário da Ver.^a Mônica, sou de esquerda, e eu entendo que isso é um problema do poder público, é um problema do Estado e que, dessa forma, precisa ser encarado. Mas a verdade é que o que nós temos visto em Porto Alegre, nos últimos anos, é uma desresponsabilização do poder público. Nós precisamos lembrar que Porto Alegre já teve uma secretaria especial do direito dos animais, que foi extinta, e que o governo Melo manteve essa extinção. Quando nós falamos de desresponsabilização, nós não podemos romantizar, Ver.^a Karen, que o poder público tenha delegado à sociedade civil e aos cuidadores a responsabilidade sobre o abrigo e o cuidado com os animais resgatados. É preciso valorizar os voluntários, mas exigir a responsabilidade do poder público. Eu não admito que vereadores de extrema direita, que defendem um estado mínimo, cheguem nesta tribuna e digam que o Estado foi incapaz de cumprir o seu papel. Mas são esses vereadores de extrema direita também responsáveis pela fragilização do Estado. Eu vi um vereador que falou aqui andando de barco em volta do aeroporto para fazer vídeo no Instagram. Eu lembro bem. Fazer uma discussão aqui que tenta nos dividir pelas razões inadequadas, porque nós temos divergências profundas entre nós, mas a questão fundamental em debate, provocada pelo projeto da Ver.^a Mônica, eu insisto, é se nós vamos priorizar o interesse econômico ou se nós vamos defender a vida, no caso, a vida animal. As *pet shops* não vão fechar porque

têm outras atividades econômicas. O que a gente não quer é que esses animais fiquem em lugares impróprios, expostos inadequadamente, com fêmeas forçadas a uma reprodução anormal. O que nós não queremos é a desresponsabilização do poder público. Porto Alegre foi notificada pelo Ministério Público pelos maus-tratos no abrigo do Centro Vida. Nós não aceitamos as denúncias que circulam, e a Terezinha, que é lá da Ponta Grossa, me lembrava disso, da denúncia de envios de animais para outras cidades e outros estados, também como elemento da desresponsabilização. Se tem alguém aqui preocupado ou preocupada com o emprego, eu insisto, nós queremos mais emprego com a ampliação do atendimento do Hospital Veterinário, nós queremos controle de natalidade mais adequado na nossa cidade, nós queremos medidas mais eficazes de vacinação e de controle de zoonoses. Nós precisamos, e eu insisto, discutir que tipo de emprego nós queremos. Não deve ser emprego com quem lucra com a vida animal e que nos leva a tragédias como foi com a Cobasi, que eu volto a dizer, priorizou cuidar dos seus computadores do que cuidar dos animais. E eu não vou aceitar, como não aceitei na semana passada, que se suba nesta tribuna para confundir os debates. Se falou sobre boi e vaca aqui na semana passada, agora se falou sobre as religiões de matriz africana. Eu sou do PCdoB, do partido que contribuiu para que a Constituição reafirmasse um princípio constitucional, que é a liberdade religiosa. Então, essa não é uma contradição aqui entre nós, são argumentos mentirosos que são trazidos ao debate para confundir a população e que a gente não aprove, por consequência, um projeto que é importante e que pode, como disse o Ver. Pedro Ruas, colocar Porto Alegre na vanguarda. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/24.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste, eu não queria entrar nesse debate porque eu acho que essa fala toda é, sim, politqueira, mas eu fui a primeira e única vereadora que pediu 1 minuto de silêncio por um animal nesta Casa. No dia 12 de abril do ano passado, eu perdi a minha cachorra, a minha Lulu, e eu perdi uma filha, perdi porque dormia na minha cama, porque fazia festa quando eu chegava, então era uma pessoa da minha família, era alguém da minha família, e eu tenho essa autonomia então para falar sobre os animais. Com relação ao que aconteceu com a Cobasi, precisa, sim, responsabilizar aqueles que preferiram, como disse o vereador que me antecedeu, seus computadores aos seus animais. É muito triste quando a gente deixa de lado a vida e passa a defender a informação que a gente não quer perder. Mas, ainda assim, eu gostaria de dizer que hoje, quando a gente gosta de um papagaio, a gente compra na estrada. Sabe por que a gente compra na estrada? Porque ele é clandestino. Isso é preocupante demais, porque todo mundo gosta de um bicho, de um papagaio, e isso acontece também com os animais, com os cachorros, com os gatos, com os coelhos. Então, a minha posição com relação ao projeto da vereadora é que nós precisamos sempre estar legalizados, sempre

fiscalizar, sempre cuidar dos nossos animais, e para isso nós precisamos, sim, dos *pets* nas pecuárias, nas agropecuárias e nas *pet shops*. Muito obrigada...

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Só uma questão de ordem, Presidente Mauro Pinheiro. Antes foi colocada aqui uma imagem de dois filhotes. Eu gostaria que fosse esclarecido se aquela imagem ali está dentro de uma *pet shop* ou se trata de uma feira de adoção de animais. Isso é importante esclarecer aqui, porque me parece que aqueles dois animais, dois lindos filhotinhos vira-latas, estavam numa feira de doação de animais e não engaiolados pelos malvados, donos de *pet shop*.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Ramiro Rosário.

Em votação nominal, solicitada por diversos vereadores, a Emenda nº 03 ao PLCL nº 022/24. (Pausa.)

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO): Se puder ler a emenda, seria melhor. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeitamente, (Lê.): “Emenda nº 03 - Art. 1º. Altera a redação do art. 6º do PLCL 022/24, para a seguinte redação: “Art. 6º. Ficam revogados os incs. I, II, III e IV do art. 23 e os arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012. Altera a redação do art. 24 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012, para a seguinte: “Art. 24. Nos estabelecimentos comerciais de serviços para animais, dentre outros cuidados para com os animais, deverá ser observado o que segue: I - os animais não poderão permanecer em ambiente que contenha produtos tóxicos de qualquer natureza; II - a alimentação e o fornecimento de água fresca deverão ser feitos diariamente, conforme as necessidades de cada espécie e em horários regulares, inclusive em domingos e feriados; III - a higiene e a desinfecção dos compartimentos nos quais os animais se encontram será diária, inclusive em domingos e feriados, assim como 1 (uma) desinfecção semanal de toda a área destinada aos animais; IV - cada espécie de animal deverá ter seu próprio compartimento; V - os animais de uma mesma espécie deverão ser distribuídos nos compartimentos de internação ou hospedagem de maneira tal que o conforto e a sua livre locomoção sejam garantidos; e VI - cada compartimento de internação ou hospedagem de animais deverá: a) ser mantido afastado de calçadas ou de locais de grande movimento, como entrada de lojas e vitrinas, visando a evitar o estresse dos animais; b) garantir as exigências de arejamento, insolação e iluminação adequadas às peculiaridades de cada espécie; c) estar resguardado do frio ou do calor excessivos; d) ter acesso à luz do dia; e Parágrafo Único. O material utilizado para piso, parede ou teto dos compartimentos referidos neste artigo não poderá colocar em risco a saúde e a vida dos animais.” É este o texto.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, um esclarecimento: no projeto da Ver.^a Mônica, ela excluiu todo o art. 24 da lei municipal que é nosso guia, e esse art. 24 trata exatamente do quê? Do bem-estar animal para fins da fiscalização. Se eu retirar, a fiscalização não vai ter nem como saber o que é bem-estar, quando chegar num estabelecimento que trate de algo sobre animais.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Muito obrigado, Ver.^a Lourdes Sprenger. Consulto se os vereadores estão em condições de votar. (Pausa.) Tem algum vereador que deseja trocar seu voto ou ainda deseja votar? (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Passamos à Emenda nº 04 ao PLCL nº 022/24.

(Aparte antirregimental)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Permanece, não tem prejudicialidade. A Emenda nº 03 já foi aprovada. Estamos na votação da Emenda nº 04.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas e pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 04 ao PLCL nº 022/24. (Pausa.)

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente, para ficar claro, apenas eu assegurei, nesta emenda, uma lei minha que a vereadora revogou no seu projeto, que é a fixação de cartazes de conscientização contra maus-tratos em clínicas veterinárias, *pet shops*, para que a população saiba que isso é crime.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Muito obrigado, Ver.^a Lourdes Sprenger, por esclarecer.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, queria registrar que na emenda anterior eu votei “sim”, mas acabou aparecendo “não”, ali. Então é “sim” à emenda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Registro a intenção do Ver. Oliboni de ter votado “sim” à Emenda nº 03.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, eu pedi votação nominal e eu ia retirar, mas já está ocorrendo, então não preciso mais. Obrigado.

Vereadora Mônica Leal (PP): Uma questão de esclarecimento, se eu vou proibir a venda, não tem por que eu discutir metragem. Eu acho que a Ver.^a Lourdes se equivocou na explicação.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, Ver.^a Mônica.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente, no caso, se passar o projeto da Ver.^a Mônica, ela proibiu totalmente a venda destes animais, que eu não sei para onde irão. Então, o que nós fizemos? Deixamos o projeto dela e consideramos que possam ser comercializados lá nos próprios, no canil do próprio criador, ou no seu local.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Consulto se todos os vereadores já votaram, se algum vereador deseja registrar seu voto. (Pausa.) Então, solicito o fechamento do painel. Não conseguiram votar? O Ver. Jonas Reis votou “sim”, o Ver. Pedro Ruas votou “sim”, o Ver. Robaina... Solicito novamente abertura do painel, os vereadores que ainda não votaram poderão votar. Declaro nula a votação. Abro painel para nova votação.

Em votação nominal, por solicitação do Ver. Pedro Ruas e do Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 04 ao PLCL nº 022/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM**; 4 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 05 ao PLCL nº 022/24. (Pausa.)

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente, uma questão de ordem: em função de um “e” que tem aqui na emenda, eu gostaria só de solicitar que a Ver.^a Lourdes explicasse se essa emenda mantém a proibição da venda dos animais nas *pet shops* aqui, porque tem “e” que eu não entendi...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. O Ver. Jonas Reis registra a intenção de votar “sim”.

Em votação nominal, determinada por esta presidência, o PLCL nº 022/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 085/24 – (Proc. nº 0574/24 – Ver. Everton Gimenis) – requer seja o período de Comunicações do dia 26 de agosto destinado a assinalar o transcurso dos 60 anos do Colégio João XXIII. (SEI 282.00039/2024-01) (*Ad Referendum*)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 085/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Passamos ao PLL 155/22. (Pausa.)

Em votação requerimento desta presidência para que possamos incluir na priorização e apreciar em seguida o Requerimento nº 083/24 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 083/24 – (Proc. nº 0549/24 – Ver. Prof. Alex Fraga) – Requer seja o período de Comunicações do dia 02 de setembro destinado a homenagear o CRBIO, pelo transcurso do Dia do Biólogo. **(043.00031/2024-11)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 083/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Presidente, eu vou sugerir que a gente suspenda a sessão por alguns minutos, devido aos ânimos, para não prejudicar os demais projetos aqui e nem ser aprovada, daqui a pouco, ou reprovada, alguma coisa que seja importante para a cidade. Muito obrigado. (Pausa.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0295/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 155/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor José Tomaz Rodrigues Lima. **(SEI 145.00031/2024-92)**

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Conselheiro Marcelo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 19-08-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 155/24](#).
(Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
(Pausa.) **APROVADO** por 29 votos SIM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLCL nº 011/24.

Aprego a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLCL nº 011/24.

Aprego o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 acima referida.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCL nº 011/24.

Aprego o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLCL nº 011/24. Não há necessidade da dispensa do envio das emendas às comissões, porquanto a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica do Município.

Vereador Alvoni Medina (REPUBLICANOS) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 171/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0324/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 171/24, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Alexandre Castilho Gamon. **(SEI 020.00073/2024-67)**

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Conselheiro Marcelo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 19-08-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 171/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Vereadora Cláudio Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão dos PLEs nºs 025/24, 026/24 e 027/24 na priorização de votação da presente sessão, a serem apreciados após o PLCL nº 011/24. Nós temos um acordo com a oposição para votarmos aqui os empréstimos para que a gente possa executar a questão das enchentes.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Posso colocar também um requerimento para que a gente faça essa votação em bloco, se houver acordo de todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Projeto de lei não pode.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Presidente, eu solicito que o PLL nº 124/16 seja retirado da priorização de votação de hoje e que passe a ser o primeiro a ser apreciado na próxima segunda-feira.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0464/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/24, que dispõe sobre as ações de cunho urbanístico para o fomento extraordinário e temporário da produção de Habitações de Interesse Social e da recomposição urbanística dos bairros afetados pelas enchentes de maio de 2024. **(SEI 118.00531/2024-51)**

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-24 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLCE nº 011/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 011/24. (Pausa.) Estamos votando a Emenda nº 01.

Consulto se os vereadores já votaram... Estão votando ainda? (Pausa.) Vamos cancelar a votação. Vou abrir novamente painel. Está declarada nula a votação. Solicito novamente a abertura do painel.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PREPUBLICANOS): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE nº 011/24. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Roberto Robaina, já estão encerrados os encaminhamentos. Os encaminhamentos eram em bloco, emenda e projeto. Não teve nenhum encaminhamento, já foi encerrado, já estamos no processo de votação.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não tem debate do projeto?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não, ninguém se inscreveu para debater, já foi encerrado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Estou me inscrevendo desde sempre, inclusive não pude defender a minha emenda, pois a Mesa atuou como o Michel Temer no Congresso Nacional, pela rapidez do Michel Temer. Foi muito rápido o encaminhamento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 011/24, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mauro. Na verdade, o projeto... Eu queria explicar para os vereadores e vereadoras o que se está votando. O projeto do prefeito Sebastião Melo, nesse caso, é um projeto que prevê incentivos de construções para moradias de interesse, construções de interesse social. Qual é o problema deste projeto? O projeto tem toda uma justificativa, coloca os desafios de Porto Alegre depois da enchente, as necessidades que nós temos de reconhecimento da importância de uma política habitacional, inclusive, eficiente. Mas, qual é o jabuti? Para usar a expressão. Eu acho que é essa expressão, não é, advogado Emanuel? O governo colocou dois jabutis num projeto bom, mas é bom que se saiba onde é que estão esses jabutis, senão a Câmara dos Vereadores vota alegre e contente, sem que ninguém se dê conta das armadilhas e dos propósitos do governo de beneficiar as grandes construtoras. As construtoras que financiam, inclusive, os donos delas financiam as campanhas eleitorais. Financiaram, inclusive, a campanha eleitoral do prefeito, a Melnick e a Cyrela, que são as cláusulas jabuti deste projeto, pois não é para beneficiar Habitação de Interesse Social. Por isso, eu fiz uma emenda no art. 5º e no art. 6º, porque o art. 5º e o art. 6º definem que o programa, tanto no 4º Distrito quanto no Centro, que (Lê.): “cumpram padrões de resiliência urbana e adaptação climática, na forma de regulamentação do Poder Executivo, farão jus aos benefícios do respectivo programa e serão dispensados do pagamento pela outorga onerosa do direito de construir”. É o tal do solo criado, que é um recurso nesse caso, se essas emendas aqui, se esses artigos são aprovados, e eles estão no projeto, eles beneficiam as construtoras de não pagar o que elas devem pagar para a Prefeitura de Porto Alegre, em áreas e construções que não são de interesse social, que não são de habitação social. Isso não é certo. Se o governo quer beneficiar a Cyrela e a Melnick para não pagar o que eles devem para o Município quando eles fazem uma construção, eles que façam um projeto dizendo isso. Agora fazer um projeto que busca, em tese, dar amparo legal para uma política habitacional de interesse social e, dentro desse projeto, ter dois artigos que beneficiam grandes construtoras, para que essas construtoras possam construir e não pagar o solo criado, isso é uma vergonha, me dá vontade até de votar contra o projeto em função desses artigos, porque são uns jabutis. Pior ainda, o mais incrível é que, na área do 4º Distrito, vejam só, vereadores e vereadoras, as construções de Habitação de Interesse Social, de zero a três salários mínimos, já têm o desconto de 100%. Então nem precisa... esse artigo aqui não é para as áreas de interesse social, é para as grandes construtoras. Não é para a habitação popular; é para as Melnicks, para a Cyrelas. É incrível que, às vezes, a Câmara debata sem discutir; aprove sem debater. Simplesmente é inacreditável que nós tenhamos dois artigos jabutis dentro de uma política... Ver. Janta, eu estou chamando atenção exatamente, a gente não discutiu, e é isso que eu estava reclamando. Tanto o art. 5º quanto o art. 6º deste projeto não são para beneficiar construções de áreas de interesse social; são para beneficiar grandes construtoras. Esse é o sentido desses dois artigos, e eu fiz a emenda para rejeitá-

los, infelizmente não teve nem debate, eu perdi a votação, mas aqui está. É quase triste que a Câmara de Vereadores vote um projeto de lei que tem muitas coisas boas, mas que dentro dele tenha dois artigos que beneficiam não as áreas de interesse social, mas as construtoras. Esse é o conteúdo aqui desses dois artigos. É incrível, porque o mais indecente é que justamente já tem lei que beneficia, que as construções nas áreas de interesse social do 4º Distrito não precisam pagar o solo criado, e aí eles fazem uma lei que beneficia diretamente as empreiteiras, as construtoras. Realmente, é um governo a serviço da Melnick, a serviço da Cyrela, e é isso que nós estamos enfrentando em Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 011/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e observa mais uma vez o Sr. Germano Bremm, o rapaz dos megaempresários, das construtoras, o encarregado delas. Na verdade, ele não é CC do Melo, ele é CC das construtoras, ele reza a cartilha das construtoras e consegue encaminhar para cá cada projeto! Agora há pouco, ele colocou um monte de CC naquele trezinho da alegria dos salários exorbitantes que foram aprovados aqui, no tal Escritório de Reconstrução. Ele consegue tudo; tem gente, no governo Melo, que não consegue nada. Tem uns coitados que não conseguem nada mesmo e tem os poderosos, que estão lá. Agora, eu até fico curioso, onde será que mora o secretário Germano Bremm, onde será que ele reside, qual é o bairro que ele reside? Porque esse projeto aqui, é um projeto, mais uma vez, de desrespeito com o contribuinte, porque não se traz para cá um projeto para ajudar a população com habitação real de interesse social, não, se traz para cá um projeto, mais uma vez, do interesse de meia dúzia de pessoas que sequer estão gerando empregos. Sequer estão gerando empregos, elas geram lucro na bolsa de valores para pessoas que nem moram em Porto Alegre, os acionistas. Mas como aquela famosa torneirinha do financiamento de campanha, aquela famosa torneirinha, volta e meia alguém abre ela. Eu vou procurar lá, mais uma vez, na lista dos doadores do governo Melo, quem financia, quem paga, quem bota dinheiro, vou lá procurar – vamos ver. Agora, vocês pensam que os vereadores da base do governo leram o projeto? Não leram, porque se tivessem lido saberiam que esse projeto não é para o povo trabalhador, esse projeto é para lucro, mais uma vez, de meia dúzia de pessoas que nem moram em Porto Alegre. Além do mais, essa história do solo criado no 4º Distrito já fez água; eles mesmo sabem, eles tentaram iludir os empresários, dizendo que lá no 4º Distrito haveria investimentos, haveria avanço. Eles alagaram o 4º Distrito, o pessoal está abandonando. Conversei com um empresário que tinha, de equipamentos, R\$ 5 milhões. Sabem o que ele disse? Vou amargar os R\$ 5 milhões de prejuízo do equipamento, mas estou indo para Santa Catarina. Vai gerar mais de 40 empregos em Santa Catarina, porque ele não sente segurança nas casas de bomba na zona alagada do 4º Distrito. E eles vêm aqui com o projetinho, dizer que o 4ºD, o 4D; quem é empresário mesmo não cai, não cai nessa cantinela, não cai no conto de fadas do

Sebastião, nem no do Germano Bremm, porque eles prometeram em 2021 e não entregaram. Está lá um monte de gente que abriu empreendimentos no 4º Distrito, perdeu. E o Melo não quer dar nem isenção de dois anos de IPTU. Sabe o que eles fizeram? Juntaram as coisas e estão indo embora, porque eles sentiram a farsa, sentiram a ilusão do governo que dizia que era pelos empreendedores. Não era, nunca foi; é o governo do poder pelo poder. Uma vez, as pessoas até são enroladas; duas vezes, não. E este projeto, evidentemente que o PT vai votar contra, mas é impossível aceitar aqui o silêncio de tantas e tantos. Eu fico escandalizado que hoje nós temos um déficit habitacional de 70 mil moradias, e esse governo não tem um projeto próprio, nunca teve, para tirar as pessoas da zona de risco. Na Vila Farrapos, várias pessoas não têm saneamento, não têm energia elétrica e água, aqui do lado, a dez minutos da Câmara de Vereadores. E o governo em nenhum momento apresentou um projeto para Habitação de Interesse Social. Tem um que era secretário que agora é até candidato a vereador, não sei candidato do quê, de quem, onde? Só enrolação esse governo. Então peço aqui ao povo de Porto Alegre que fique atento, esse projeto é de malandragem, é o projeto do jeitinho, é o projeto para alguns lucrarem, porque o resto da população vai seguir perdendo, porque não teve isenção de IPTU, eles prometeram e não entregaram! Eles não conseguem nem acessar os auxílios, porque eles não mandaram o cadastro, então esse projeto não é para a cidade, é para meia dúzia de empresas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o PLCE nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos agora aos projetos objeto do requerimento para inclusão das três operações de crédito do Poder Executivo.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um registro, cabe a mim fazer esse registro, um agradecimento à oposição que entendeu esse projeto, o Ver. Robaina teve a oportunidade de justificar a emenda. Então, eu queria fazer aqui um registro e um agradecimento.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0567/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/24, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, com garantia da União, junto ao Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos

milhões de reais), destinada à reconstrução do Município após catástrofe climática. (SEI 118.00571/2024-01)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, vereador. Em discussão o [PLE nº 025/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0575/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 026/24, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao KFW - KfW Entwicklungsbank com a garantia da União, até o valor de € 100.000.000,00 (cem milhões de euros). (SEI 118.00578/2024-15)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLE nº 026/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0580/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 027/24, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB – New Development Bank), com a garantia da União, até o valor de US\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de dólares). (SEI 118.00579/2024-60)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLE nº 027/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLL nº 380/21.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 380/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoni Medina, ao PLL nº 421/21.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 421/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelos vereadores Jonas Reis e Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Nove vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h48min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *